

Coletivo Nacional de Aposentados da Contraf-CUT realiza primeira reunião de 2025 e define estratégias para o ano



O Coletivo Nacional de Aposentados da Contraf-CUT realizou, na terça-feira (25), sua primeira reunião organizativa de 2025, na sede da Confederação, em São Paulo. O encontro cumpriu a orientação do planejamento do coletivo e da Contraf-CUT de promover reuniões bimestrais para fortalecer a organização e a mobilização dos aposentados bancários.

A reunião contou com a participação de 24 representantes de federações e sindicatos, um número crescente que demonstra o fortalecimento do coletivo e o aumento do interesse das entidades na organização dos aposentados. Durante o encontro, foram compartilhados relatos das atividades desenvolvidas nas federações e sindicatos, permitindo uma rica troca de experiências para a implementação de ações em cada base. Além disso, foram traçadas estratégias e definidas agendas para o ano de 2025.

Um dos principais pontos de destaque e preocupação do coletivo foi a questão dos planos de saúde para aposentados, que se tornam excessivamente onerosos após o fim do vínculo empregatício com os bancos. Diante da gravidade do tema, o coletivo decidiu levá-lo para discussão nas conferências regionais e nacional da categoria. Como encaminhamento, será criada uma comissão específica para construir uma proposta concreta a ser apresentada nas conferências.

Outro tema relevante discutido foi a necessidade de um maior e melhor acolhimento dos aposentados dentro das entidades sindicais, considerando o crescimento desse segmento tanto no ramo financeiro quanto no país. Essa questão também será amplamente debatida ao longo do ano.

Bolsonaro e mais sete viram réus por tentativa de golpe

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou, por unanimidade, nesta quarta-feira (26), a denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros sete acusados pela tentativa de golpe em 2022. Com a decisão, os acusados de integrarem o núcleo central da trama golpista se tornam réus. A intenção do Supremo é a de julgar o mérito da denúncia até o fim do ano, para evitar que o caso seja contaminado pelas eleições presidenciais de 2026.

Eles serão julgados pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio público e deterioração do patrimônio tombado. Somadas, as penas podem passar de 40 anos de prisão.